



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

To SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015310-80.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Protesto Indevido de Título**
 Requerente: **Somipress do Brasil Ltda**
 Requerido: **Mrm Matsuda Industria e Comercio de Tintas Ltda**

Vistos.

SOMIPRESS DO BRASIL LTDA ajuizou ação contra **MRM MATSUDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA**, alegando em síntese, que foi surpreendida com o recebimento de protesto de nº 1133849 no valor de R\$ 17.199,00 do Tabelionato d Protesto da Comarca de São Carlos e o de nº 24004505 no valor de R\$ 10.584,00 do 2º Tabelionato de Letras e Títulos de São Carlos, afirma que foi proposta Medida Cautelar de Sustação de Protesto Processo de nº 1215/2012, tendo para tanto efetuado o depósito caução, os protestos tinham como favorecida a ré que é com quem a Matsud Indústria e Comercio Ltda negociou os títulos. Ressalta que os títulos são ilegais, pois embora a autora tenha mantido contrato de Comodato e Acordo de Cooperação e Fornecimento com a empresa Metalguss, esta sacadora dos títulos, as referidas duplicatas foram emitidas em data posterior a resolução dos referidos contratos que se encerraram em 09/02/2012, com a retirada do ultimo molde em poder da sacadora, tratando-se, pois de notas simuladas, pois não realizou qualquer transação que pudesse originar os títulos em questão. Desta maneira requer que seja declarada a nulidade e inexigibilidade dos títulos protestados.

A ré foi citada por edital, não contestou os pedidos, fazendo-o por negativa geral a Curadora Especial nomeada. Pedindo improcedência da ação.

Consta em apenso o processo cautelar 566.01.2012.012392-2, entre as mesmas partes, por intermédio do qual a autora pediu e obteve liminarmente a sustação do protesto.

É o relatório.

Fundamento e decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A ré sacou duas duplicatas mercantis contra a autora, uma do valor de R\$ 17.199,00 (v. Fls. 14 do apenso) e outra do valor de R\$ 10.584,009 (fls. 146 do apenso). Um dos títulos foi retirado de Cartório antes da consumação do protesto (v. Fls.154 do apenso), enquanto o outro foi protestado mas os efeitos foram suspensos em razão da medida cautelar deferida por este Juízo (fls. 155 do apenso).

A autora negou a existência de relação jurídica de débito e crédito para com a ré, capaz de legitimar o saque e circulação de tais títulos. Nessa circunstância, nada obstante os termos da contestação por negativa geral oferecida pela cuidadosa Dra. Defensora Pública, cumpre notar que à ré caberia a prova cabal da existência da relação jurídica. Com efeito, sendo dela a iniciativa de colocar duplicatas em circulação e apontar a protesto mediante indicação, deveria ter consigo os documentos contábeis justificadores, pois sabidamente a duplicata é título causal, vinculado à existência de uma relação contratual de compra e venda de mercadorias ou de prestação de serviços. Em desabono da ré o fato da ausência de prova documental e, mais ainda, a circunstância de sequer ter sido encontrada para citação pessoal, sendo convocada por edital e tornando-se revel.

DUPLICATA MERCANTIL

Ação declaratória de nulidade c.c. pedido indenizatório Alegação do autor de que não houve a entrega das mercadorias relativas ao negócio que supostamente dá suporte ao título. Apresentação dos documentos comprobatórios da existência da relação jurídica Ônus do réu:

Se em ação declaratória de nulidade de duplicata mercantil c.c. pedido indenizatório o autor alega que não houve a entrega das mercadorias relativas ao negócio que supostamente dá suporte ao título, é ônus do réu apresentar os documentos comprobatórios da existência da relação jurídica (TJSP, Agravo Regimental n. 9165242-43.2009.8.26.0000/50000, Rel. Des. Nelson Jorge Júnior, j. 30.09.2014).

Indemonstrada a relação jurídica de débito e crédito, declaram-se inexigíveis os títulos e promove-se o cancelamento do protesto lavrado.

Outrossim, reconhece-se o direito indenizatório da autora, pelo dano moral decorrente do protesto indevido.

O protesto indevido de título gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que se permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito a ressarcimento que deve, de outro lado, ser fixado sem excessos, evitando-se enriquecimento sem causa da parte atingida pelo ato ilícito.” (In Resp nº 110.091, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, J. 25/04/2000).

O nome constitui patrimônio da pessoa, digno de proteção como um dos direitos da personalidade.

A pessoa jurídica pode sofrer dano moral (STJ, Súmula nº 227).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Indenização - Responsabilidade civil - Dano moral - Protesto cambiário indevido - Desnecessidade de provar a existência de dano patrimonial - Verba devida - Art. 5º, inc. X, da Constituição da República - Recurso provido.” (TJSP, 2ª C., Ap., Rel. Cezar Peluso, j. 16.4.91, RJTJESP 134/151).

Indenização - Dano moral - Protesto indevido de título de crédito - A pessoa jurídica pode, sem qualquer dúvida, sofrer ofensa ao seu bom nome, fama, prestígio e reputação comercial e social, não se lhe podendo afastar a garantia do art. 5º, V e X, da CF - Pode, portanto, pleitear indenização por dano moral, sendo desnecessária a consumação do prejuízo como requisito para a reparação do protesto indevido do título de crédito (RT 725/241, rel. Juiz Paulo Roberto de Santana).

Responsabilidade civil Protesto indevido de título Duplicata sem causa comprovada e protestada Dano moral configurado. Recurso provido (TJSP, Apelação Nº 0131615-41.2008.8.26.0000, Rel. Des. JOSÉ LUIZ GAVIÃO DE ALMEIDA, j. 25.09.2012).

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que na concepção moderna da reparação do dano moral prevalece a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto (REsp. nº 196.024 - MG - 4ª T. - Rel. Min. Cesar Asfor Rocha - DJU 02.08.99).

O pedido encontra prestígio na Constituição Federal, artigo 5º, inciso X.

Pode o juiz guiar-se pelas condições em que se apresentam os litigantes, para a redução ou ampliação do gravame devido e, ainda, a manutenção de uma certa relação entre o ilícito praticado e o resultado auferido pelo lesante, na fixação da indenização devida. A personalidade do lesado e a repercussão do dano são também considerados (v. Reparação Civil por Danos Morais, Carlos Alberto Bittar, RT).

Tomam-se em conta a posição social e cultural do ofensor e do ofendido, tendo-se em vista o homo medius, de sensibilidade ético-social normal. A maior ou menor culpa do agente também é aspecto a ponderar.

No entanto, constitui contradição pretender buscar uma perfeita equivalência econômica entre o dano e a quantia que for arbitrada a título de compensação ou satisfação simbólica, o que se mostra possível apenas no domínio dos danos patrimoniais (Antonio Lindbergh C. Montenegro, Ressarcimento de Danos, Âmbito Cultural Edições, 4ª edição, página 153).

A reparação pecuniária pelo dano moral, descartada a impossibilidade de qualquer equiponderância de valores, tem o sentido de compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário (RT 650/63).

A paga em dinheiro representa uma satisfação moral ou psicológica, neutralizando o sofrimento impingido. Mas não pode significar um enriquecimento sem causa da vítima.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

À falta de regulamentação legal, a estimação é prudencial (TJSP, Ap. 113.190-1, 2ª C., j. 28.11.89, Rel. Des. Walter Moraes, RT 650/63).

É razoável estabelecer a indenização em R\$ 10.000,00.

Diante do exposto, **acolho os pedidos**. Declaro a inexistência de relação jurídica de débito e crédito entre a autora e a ré, no tocante às duplicatas discutidas, decreto o cancelamento do protesto lavrado e condeno a ré a indenizar a autora pelo dano moral acarretado, mediante o pagamento da importância de R\$ 10.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios contados da época da citação inicial, acrescendo-se as custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e os honorários advocatícios da patrona da autora, fixados em 10% do valor da causa, atualizado desde a época do ajuizamento.

Oportunamente expeça-se ofício ao Cartório de Protestos.

Defiro à autora o levantamento do depósito prestado em caução.

P.R.I.

São Carlos, 25 de setembro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**